

“Há um elevado risco de perda de produtividade e competitividade”

Se este nível de financiamento gerar “um cenário prolongado de menor investimento”, a AEP avisa que as empresas e toda a economia portuguesa correm o risco de perder ímpeto. Luís Miguel Ribeiro quer um maior incentivo do Governo e pede maior flexibilidade do Banco de Fomento.

São as próprias empresas que estão a recorrer menos ao crédito, porque adiam investimentos num contexto de crise, considera Luís Miguel Ribeiro, presidente do conselho de administração da Associação Empresarial de Portugal. Mas o responsável também entende que são um reflexo da baixa execução de fundos comunitários. A AEP está preocupada e avisa que se a curva descendente de investimento se prolongar “há um elevado risco de perda de produtividade e competitividade”.

Como é que se justifica a quebra no financiamento a empresas no ano passado?

É importante referir que, em 2023, as empresas atuaram numa conjuntura altamente desfavorável e imprevisível, marcada por uma redução das encomendas, um aumento dos custos operacionais e, simultaneamente, um patamar restritivo nos custos de financiamento (as taxas de juro). Face a esta conjuntura desfavorável, é de prever que os empresários optem por suspender ou limitar o recurso ao financiamento, adiando investimentos estratégicos e perspetivando melhores condições financeiras nos próximos anos, explicando assim o decréscimo no financiamento das empresas. Adicionalmente, esta quebra no financiamento reflete também a baixa execução dos fundos europeus e a tardia implementação do Portugal 2030, visto que se estivessem a funcionar em pleno seria necessário assegurar o cofinanciamento, normalmente por crédito bancário. Naturalmente, esta é uma situação que a AEP tem vindo a acompanhar com preocupação.



Pedro Catarino

Que consequências poderá ter esta situação para as empresas?

Caso este financiamento se traduza num cenário prolongado de menor investimento em, nomeadamente, inovação, infraestruturas e capital humano, há um elevado risco de perda de produtividade e competitividade que afetará, não só as empresas, mas toda a economia portuguesa.

Apesar desta variação negativa no financiamento das empresas em dezembro (de -1,1%), as quebras homólogas desde abril tinham sido maiores, incluindo em outubro e novembro, em que rondaram os -3%. É um sinal de inversão?

Ainda é cedo para concluir se se trata de um sinal de inversão. Em dezembro de 2023, verificaram-se sinais positivos no mercado monetário, nomeadamente uma diminuição das taxas Euribor, face a perspetivas mais otimistas quanto a eventuais cortes nas taxas de juro referência do BCE. Contudo, os mais recentes acontecimentos no mar Vermelho arrefeceram o otimismo do sistema financeiro. As empresas precisam de mais estabilidade, sendo que o recurso ao financiamento continuará muito dependente dos custos de financiamento e da conjuntura nacional e internacional.

O que espera neste capítulo em 2024?

“Face a esta conjuntura, é de prever que os empresários suspendam ou limitem o recurso ao financiamento.”

Espera-se que 2024 seja um ano marcado por um clima de elevada imprevisibilidade. As elevadas taxas de juro, fruto da política monetária restritiva, continuarão a dificultar o financiamento das empresas, sendo que o escalar de conflitos geopolíticos poderá eventualmente atrasar a redução das taxas de juro pelo BCE, tal como descrito anteriormente. A AEP tem vindo a defender publicamente o aumento dos limites à dedutibilidade dos gastos de financiamento – que atualmente se encontra em apenas um milhão de euros, Artigo 67.º do Código do IRC –, sendo que poderia ser uma medida de aplicação temporária. Devemos sublinhar que este limite se manteve, apesar do aumento significativo das taxas de juro. Adicionalmente, num período de maior restritividade financeira, espera-se que o Banco Português de Fomento demonstre alguma flexibilidade e apoie de forma decisiva a capitalização do tecido empresarial, impulsionando investimentos estratégicos para a economia portuguesa.

Em relação aos depósitos, houve uma quebra homóloga de 4,4% em dezembro. Não há nada que se pareça nos últimos anos. O que se passa?

Acreditamos que esta quebra dos depósitos das empresas tenha sido impulsionada pela conjuntura desfavorável já descrita acima, o aumento dos custos operacionais e financeiros num momento em que a procura externa contrai – com quebras de encomendas –, afeta a liquidez das empresas. ■